



ATA DO CONSELHO DIRETOR

Reunião ordinária – 7/10/2021

Ao dia 7 de outubro de 2021, às 14 h, em segunda convocação, em sala virtual do Google Meet, teve início a reunião ordinária do Conselho Diretor do IBC, estando presentes os seguintes membros: João Ricardo Melo Figueiredo, presidente; Jefferson Gomes de Moura, diretor do Departamento Técnico-Especializado; Luigi Amato Bragança Amorim, diretor do Departamento de Educação; Márcia Lins Abade, diretora substituta do Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação; Naiara Miranda Rust, diretora substituta do Departamento de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão; Augusto Ernesto Baganha, diretor substituto do Departamento de Planejamento e Administração; Rafael Lugão, representante dos técnicos administrativos Cardoso; Millene Sousa, representante dos professores e Patrícia Villares, representante dos pais. O primeiro ponto discutido foi o edital do processo seletivo para contratação de professores substitutos. O conselheiro Luigi falou sobre o processo, voltado à contratação de sete professores para atuarem nos primeiros anos do ensino fundamental (1º ao 5º ano) onde a carência é maior, até pela dificuldade de conseguir professores redistribuídos da rede federal para atuarem nesse segmento. Ele informou que haveria alterações nas datas e nos conteúdos de algumas aulas que constam no edital seriam alteradas para evitar problemas com a divulgação interna, prévia, dos detalhes do edital. Rafael repassou a pergunta da colega de representação, Indira Cardoso, sobre a possibilidade de se contratar professores que tivessem proficiência em interpretação de libras, uma vez que não havia condições de contratar técnicos intérpretes. Segundo Lugão, esses professores atuariam na mediação das aulas, liberando a única técnica intérprete para outras atividades que requereriam o suporte dela. Luigi

disse que alunos surdocegos não são públicos do DED. Naiara acrescentou que o IBC necessita de intérpretes para atuarem em eventos e não em aulas. Ela também perguntou como seria feito o sorteio das aulas práticas – se presencial ou remotamente, uma vez que isto não havia ficado claro na minuta do edital. A professora Vanessa foi chamada a entrar na reunião para explicar como seriam realizadas as etapas do processo seletivo e ratificou que todas as três etapas do processo seletivo seriam virtuais. De acordo com ela, no caso específico do sorteio, o candidato teria um prazo para adentrar no ambiente virtual. Millene considerou os problemas que podem acontecer no sorteio por meio de sorteador eletrônico e sugeriu que fossem acrescentadas regras que salvaguardassem a instituição em caso de instabilidades da internet que dessem margem a recursos. Vanessa disse que estava em busca de uma ferramenta de sorteio acessível para candidatos cegos, de modo que eles não dependessem de ninguém para ter acesso à informação do sorteio, o que ainda não havia acontecido. Millene perguntou como seria disponibilizado o link para os candidatos entrarem na sala do sorteio. Vanessa respondeu que ele seria enviado por e-mail. Millene sugeriu que esta informação fosse incluída no documento. Ela também sugeriu que fosse incluída depois do item 5.2.9 a observação de que a instabilidade da internet do candidato não poderia ser alegada como justificativa, no recurso, para a sua não participação em alguma das etapas do processo seletivo. Depois que estas e outras contribuições para a clareza do documento foram discutidas, o presidente do Conselho perguntou se ele poderia ser colocado em votação. Millene disse que a posição dela sobre o edital era de abstenção, uma vez que não havia tido tempo de discuti-lo com a categoria. Naiara chamou a atenção para o fato de não se poder divulgar um edital antes de ele ser oficialmente disponibilizado ao público. João concordou com Naiara dizendo que a divulgação de um documento da natureza do edital em pauta, na sua forma definitiva de apresentação ao Conselho Diretor, acaba quebrando o princípio da isonomia do certame, beneficiando as pessoas que porventura tivessem acesso privilegiado ao conteúdo da prova, gerando, assim, margem para recursos. Segundo o presidente do Conselho, era exatamente por isso que a própria direção do DED iria fazer algumas alterações, conforme o diretor do DED havia avisado no início de sua apresentação. João alertou a conselheira Millene que a abstenção dela não poderia ser motivada pela falta de discussão do documento em si com a

comunidade, mas que talvez não terem sido discutidos os meandros do trabalho docente e as necessidades institucionais que poderiam ser abarcadas por um edital para professor substituto. Millene respondeu que a abstenção era por não ter conseguido dialogar sobre as demandas em relação à abertura do processo seletivo. Sobre esse tipo de documento, que o Conselho entendia que não devesse ser divulgado na íntegra antes de sua publicação, ela sugeriu que se estudasse uma forma de disponibilizá-lo à comunidade, sem ferir o devido processo de publicação. Ela esclareceu que o documento que ela havia compartilhado para seus pares, recebido pelo grupo do conselho no whatsapp, seguindo o mesmo procedimento que vinha adotando desde que entrou para o Conselho, já estava disponibilizado no SUAP, sem nenhuma informação sobre o seu caráter sigiloso — razão pela qual ela interpretou que poderia ser compartilhado. A representante dos professores sugeriu que se usasse marca d'água com a informação de que se tratava de uma minuta e não um documento aprovado. João justificou que a falta de familiaridade com o SUAP impediu que a minuta do edital fosse disponibilizada em modo restrito imediatamente e não depois, como acabou sendo feito. Luigi dirigiu-se à representante docente dizendo que no dia a dia da instituição, nem todos os documentos podiam ter o mesmo fluxo, com tempo de serem discutidos diretamente por todos, sob o risco de a instituição parar. Colocado em votação para ser aprovado com as devidas alterações, o documento foi aprovado, com a abstenção de Millene. Findo esse assunto, a professora Vanessa deixou a sala. Seguindo, passou-se à discussão sobre a organização estrutural das reuniões do Conselho Diretor. Eu, secretária da reunião fiz uma breve apresentação de dois modelos de ata. O presidente do Conselho defendeu a elaboração de atas mais sintéticas, associadamente à abertura das reuniões para a comunidade da instituição, assim como a disponibilização da gravação na íntegra. O representante dos técnicos reiterou a importância de a categoria ter acesso às falas de sua representação durante as reuniões do Conselho. A conselheira Millene concordou tanto com a mudança do estilo da ata quanto com a proposta de permitir a participação da comunidade. Luigi sugeriu que, como transição para uma reunião aberta ao vivo, as reuniões fossem gravadas e disponibilizadas no canal do YouTube do IBC. Diante da sugestão do conselheiro Luigi, João retirou a sugestão anterior de permitir a reunião do Conselho ao vivo, aderindo à proposta de gravação. Posta

em votação a proposta de Luigi foi aprovada por unanimidade, passando a valer para as próximas reuniões. Depois, passou-se aos informes: o presidente do conselho disse que o processo de Lei 1992/2021 estava tramitando na Câmara e que o MEC estava fazendo algumas modificações nele, de modo que a inserção do IBC na Rede Federal, com sua mudança de institucionalidade, fizesse parte do projeto de criação de novos institutos federais. João também falou sobre o processo gradual de retorno e que as medidas de restrição de acesso de pessoas à área da escola, estavam sendo executadas sem nenhum problema; que as obras de recuperação no terceiro andar do prédio principal, fiscalizadas por um arquiteto especializado em patrimônio histórico também estavam andando; que os projetos de curso de *lato sensu* do IBC estavam com o processo de aprovação em curso, no MEC; que ele havia pedido suplementação orçamentária a Brasília para que recompusesse o orçamento inicial do IBC , tornando possível manter os contratos existentes, resolver os problemas de manutenção e de compra de materiais. Ele informou aos demais conselheiros que havia enviado a todos os documentos do Comitê Interno de Governança. Ele explicou que o CIG, cuja primeira reunião estava marcada para a semana seguinte, havia sido criado para cumprir uma nova legislação com o papel de acompanhar a execução do Plano Estratégico da Instituição, propondo mudanças e fazendo relatórios. Assuntos gerais: Luigi falou sobre o processo seletivo e a construção dos editais de matrícula da educação profissional e educação fundamental, com previsão de um tempo maior de divulgação. Ele falou sobre as dificuldades ainda encontradas no retorno, mas que o departamento tem conseguido atender às demandas que vêm surgindo. Millene fez duas perguntas: a primeira foi em relação ao PPP. Ela quis saber como estava o encaminhamento do documento, o qual ela considera como sendo um cartão de visita da Instituição, importante para atrair à instituição pessoas públicas, como parlamentares, que possam contribuir para a Instituição. Luigi disse que estava aguardando os documentos, os quais no momento estão em fase de formatação. E que como eles são numerosos, o DED estava esperando que fossem liberados pela servidora Thaís Pincigher, encarregada da formatação final para que fossem encaminhados para consulta pública. Millene perguntou se ele achava que este processo ainda poderia ser retomado ainda nesse ano. Luigi disse que não sabia ainda. João explicou que a formatação

desses documentos é apenas um dos trabalhos que Thaís estava fazendo, praticamente sozinha. João disse que este movimento de atrair verbas para a instituição é muito importante mesmo. A outra pergunta é relativa às duas perguntas recebidas de professoras sobre a Ação Civil Pública sobre a volta presencial, segundo ela, deferida pela juíza Carmem Silva Lima de Arruda e garantindo a autonomia das universidades e institutos federais do Rio de decidirem quando e como retomar as aulas presenciais. João disse que oficialmente o IBC não havia recebido nada, nenhuma orientação da AGU para poder basear seu procedimento em relação ao assunto, uma vez que o IBC não tinha autonomia jurídica. Sem nada mais a acrescentar, eu, Marília Amaral de Moura Estevão Tavares, lavrei a presente ata, que depois de lida, foi aprovada pelos conselheiros.

Marília Amaral de Moura Estevão Tavares

João Ricardo Melo Figueiredo

Luigi Amato Bragança Amorim

Naiara Miranda Rust

Márcia Lins Abade

Jefferson Gomes de Moura

Augusto Ernesto Baganha

Rafael Lugão

Millene Barros Guimarães de Sousa

Patrícia Villares